

DA TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA AO TESTEMUNHO: UM ENSAIO SOBRE O USO DA HISTÓRIA ORAL NO APERFEIÇOAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ângela Britto

(Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil –
CPDOC/FGV, doutoranda, angela.britto@fgv.br)

Resumo: O presente artigo explora o uso da história oral *vis a vis* a sua contribuição para o aperfeiçoamento de políticas públicas, notadamente na área de segurança. Trata-se de considerar a metodologia em sua função de resgate de trajetórias e experiências individuais através de narrativas, como instrumento analítico no processo de construção de políticas públicas. A investigação, aqui desenvolvida, teve por base o projeto “Memórias do Pronasci”¹, que contemplou o testemunho de formuladores, implementadores e público-alvo do programa de segurança pública instituído pelo Ministério da Justiça no ano de 2007. A maior parte das entrevistas revela narrativas com grande riqueza de experiências. Na análise, ora apresentada, optou-se pelo foco em uma das entrevistas concedida por um jovem em situação de vulnerabilidade social, por constituir-se em um relato impregnado de uma desenvoltura desconcertante, central à problematização das abordagens sobre segurança e violência no Brasil, e que pode ser tomado como *proxy* adequada para o objetivo aqui proposto.

Palavras-chave: história oral, políticas públicas, segurança pública.

¹ Desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas.

DA TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA AO TESTEMUNHO: UM ENSAIO SOBRE O USO DA HISTÓRIA ORAL NO APERFEIÇOAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ângela Britto

Doutoranda do Centro de Pesquisa e

Documentação de História

Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV

angela.britto@fgv.br

Este ensaio explora a utilização da história oral como instrumento complementar ao aperfeiçoamento de políticas públicas, notadamente na área de segurança. Em um eixo correlato, o uso da metodologia a partir de entrevistas com personalidades de nossa história política em linhas de pesquisa que visam à compreensão da formação do Estado brasileiro, de suas elites e instituições políticas, bem como de partidos políticos, já se verifica no Brasil há algumas décadas. Uma referência², nesse sentido, é o Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas³, que atualmente possui um acervo de cerca de mil entrevistas⁴. No âmbito desse programa, desenvolveu-se o projeto “Memórias do Pronasci”⁵, focado neste artigo. O objetivo⁶ foi a constituição de um registro oral que

² O Programa de História Oral do CPDOC foi criado no ano de 1975.

³ CPDOC/FGV, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

⁴ O acervo conta não só com depoimentos sobre a história de vida de atores políticos e outras personalidades, mas também com entrevistas em que o enfoque é o recorte temático. Nesse sentido, merecem destaque as entrevistas relacionadas à história de empresas e organizações governamentais.

⁵ No qual atuei como pesquisadora assistente. O projeto foi coordenado e desenvolvido pela professora Dra. Marieta de Moraes Ferreira (CPDOC-FGV), e idealizado pelo professor Dr. Marco Aurélio Ruediger (EBAPE-FGV), coordenador do Projeto de Monitoramento e Avaliação do Pronasci, desenvolvido pela FGV frente ao Ministério da Justiça.

considerasse as dimensões relacionadas à concepção, implantação e desenvolvimento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, idealizado pelo Ministério da Justiça, e que favorecesse a sua análise crítica *vis a vis* a temática da segurança pública no Brasil a partir de atores específicos. Neste sentido contemplou-se tanto a abordagem de história de vida como a de recorte temático.

Foram entrevistados vinte e oito atores envolvidos com o programa, e que foram classificados, durante o processo de organização da pesquisa, segundo três grupos distintos: formuladores, implementadores e público-alvo. Adicionalmente, criou-se uma quarta categoria nomeada de “outras contribuições”, que correspondeu a algumas referências importantes, mas que não se enquadravam em nenhum dos três grupos, inicialmente, definidos. Toda a documentação oral gerada soma, aproximadamente, quarenta e quatro horas de gravação, coletadas entre o período de novembro de 2008 a março de 2010.

Em boa medida, a forma e o objetivo concebidos para o projeto “Memórias do Pronasci” foram particularmente distintos daqueles, até então, desenvolvidos pelas linhas de pesquisas que geraram fontes orais para o acervo do Programa de História Oral do CPDOC. Primeiro porque estava se estabelecendo um recorte temático de um evento que estava em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que tratava de um assunto, ainda, pouco explorado na composição do acervo: a segurança pública. Segundo porque a partir do conjunto das fontes produzidas, se tinha por um dos objetivos estimular a crítica e o aperfeiçoamento de uma determinada política pública, aspecto que, também, surge naquele acervo com certo ineditismo.

A análise que desenvolvo neste artigo enfoca o testemunho oral de um dos atores do público-alvo do Pronasci, caracterizado por um jovem em situação de vulnerabilidade social. Constitui-se em um relato impregnado de uma desenvoltura desconcertante, central à problematização das abordagens sobre segurança e violência no Brasil, e que acredito convergir positivamente para a proposta deste trabalho. De forma complementar, outros depoimentos foram consultados e, aqui, reproduzidos, para

⁶ Este trabalho também se configurará no livro “Memórias do Pronasci” que será publicado ainda este ano.

dar forma a certos aspectos abordados. O texto que se segue está estruturado em três segmentos. No primeiro aponto as principais diretrizes do Pronasci e de dois de seus projetos, que são centrais a este artigo, sem, contudo, esgotá-las. Em seguida, traço o perfil do depoente focado na análise, e a sua relação com o programa de segurança pública assinalado. Por último, apresento alguns elementos teóricos centrais à problematização da utilização da história oral e apresento algumas possibilidades de análise do testemunho.

O Pronasci

Desde o ano de 2001, o governo federal, a partir da instituição da lei⁷ que criou o Fundo Nacional de Segurança Pública, vem buscando estabelecer, através do Ministério da Justiça, uma política de segurança pública que privilegia a ação conjunta entre os entes federativos para a solução do problema da violência no Brasil, notadamente aquele observado em suas regiões metropolitanas. Nesse sentido a instalação do SUSP⁸, o trabalho colaborativo entre a Polícia Federal e as polícias estaduais e mais recentemente o Pronasci demonstram, por um lado, a dimensão do problema enfrentado, mas por outro, um amadurecimento acerca da discussão sobre as formas possíveis para a sua resolução.

Conforme o enfoque deste artigo, irei me deter sobre essa última iniciativa: o Pronasci, instituído no ano de 2007, pelo ministro da Justiça Tarso Genro. Esse programa foi concebido a partir de exemplos de políticas de segurança pública bem sucedidas no exterior, como são os casos da Colômbia, de Nova Iorque e de Chicago, além de algumas ações preventivas, igualmente bem sucedidas, em municípios brasileiros, como foi, certamente, o caso do município de Diadema em São Paulo. No curso desse processo, as conclusões evidenciadas pelo grupo de formuladores do Programa ressaltavam, principalmente, a renovação do conceito de relacionamento entre a polícia e a comunidade, a mudança de cultura do aparato policial, e a necessidade de

⁷ Lei 10.201, de 14/02/01.

⁸ Sistema Único de Segurança Pública.

dotar as prefeituras com meios para a produção de políticas preventivas⁹. Todos esses aspectos estariam baseados em uma “relação” federativa de cooperação, que, necessariamente, convergiria para a importância da conjugação contínua entre as ações de segurança e as ações sociais, e uma articulação financeira diferenciada, ou seja, “mais recursos e um novo conceito”¹⁰. Esse arcabouço empírico e conceitual foi a base para o desenho dos noventa e quatro projetos existentes no programa, e que foram, inicialmente implantados em onze regiões metropolitanas, consideradas as mais conflagradas.

Particularmente, para o objetivo de minha análise, discorreremos brevemente sobre dois desses projetos: o “Mulheres da Paz” e o “Protejo”¹¹, pois interligam-se estreitamente com o testemunho que será analisado com maior profundidade, mais adiante, neste artigo.

O primeiro projeto foi estabelecido para estimular a criação de um grupo de lideranças femininas¹² que seriam selecionadas e capacitadas pelo Estado para identificar jovens em situações de “conflito com a lei e em famílias de risco”, para, então, conduzi-los às ações do segundo projeto: o Protejo. É interessante notar que a forma como foi desenhado o “Mulheres...” não visava somente à formação de um grupo que zelaria por jovens da comunidade em que vivem, mas, inclusive, à reafirmação da importância da formação de uma rede social de proteção local. Segundo o relato do ministro da Justiça, as “mulheres da paz” não aparecem nas comunidades como “uma extensão da polícia”, pois

[...] se uma dessas mulheres pega um jovem se drogando ou vendendo um papelote de cocaína, não vai entregá-lo para a polícia. Vai trazer esse jovem para um programa cultural dirigido pelo Ministério da Cultura, ou um

⁹ Conforme trecho da entrevista do, então, Ministro da Justiça, Tarso Genro, concedida em 10 de novembro de 2008.

¹⁰ *idem*

¹¹ Projeto para Jovens em Território de Descoesão Social.

¹² É importante ressaltar que, assim como os jovens que aderiram ao Protejo, as mulheres que fazem parte do “Mulheres da Paz” recebem uma bolsa de estímulo a essa atividade.

programa educacional do Ministério da Educação, para os quais nós também passamos recursos e induzimos projetos.

A noção de cidadania também surge neste projeto com intensidade. Um aspecto relatado por uma “mulher da paz” foi o de que muitas mulheres ao longo do processo de capacitação começaram a ter acesso à discussão de noções fundamentais, pouco exploradas em sua rotina nas comunidades, tais como: gênero, vulnerabilidade, meio ambiente e outros aspectos que se relacionavam com tudo o que elas gostariam de preservar nos locais onde residem. Segundo o relato de uma das “mulheres da paz” entrevistada,

[...] muitas mulheres [...] estão despertando com o projeto. É gratificante você ver. Elas estão falando melhor, com mais desenvoltura, elas conversam, elas têm prazer de convidar aquele jovem pra participar do Protejo, elas ficam com eles ali, elas abraçam; se eles faltarem às aulas, elas vão nas casas, elas interagem com as famílias. Se a família está com problema de saúde, uma passa pra outra: fulana, o que é que você pode fazer pra ajudar? Então, está despertando.¹³

O segundo projeto, o “Protejo”, surge juntamente como o “Mulheres da Paz”, como um dos mais proeminentes do Pronasci, e compreende diretamente, o público-alvo mais importante do programa: os jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade social. Segundo relato de um de seus formuladores¹⁴, o projeto foi desenvolvido para proporcionar o resgate da cidadania através de aulas de direitos e deveres para estimular a reintegração através da cultura e da educação e do atendimento psicossocial.

As mulheres e os jovens que aderem, respectivamente, a essas projetos, contam, adicionalmente, com o auxílio de uma bolsa, que se traduz em um recurso financeiro para estimular o ingresso destes atores nestas iniciativas.

¹³ Trecho de entrevista de uma “mulher da paz”, Ana Manso, mulher da paz na Vila Cruzeiro, Complexo do Alemão, realizada em 18 de junho de 2009.

¹⁴ Ronaldo Texeira da Silva, Secretário-executivo do Pronasci, em entrevista realizada em 28 e agosto de 2008.

É provável, no entanto, que os resultados a serem alcançados por ambos os projetos não se relacionam, exclusivamente, à forma como foram concebidos. Concorre, neste sentido, a capacidade de atuação e da vocação particular de cada “mulher da paz” em lidar com os jovens da comunidade, a disposição desses dois grupos de atores em aderirem à iniciativa e, finalmente, os aspectos derivativos da história singular de cada um deles, que necessariamente permearão todo o processo de implementação dessas iniciativas. Em um mesmo grupo social, normas e regras observadas e compartilhadas, podem ser seguidas por cada um dos membros com graus diferenciados de intensidade e de consistência (Heller, 1998, p.18).

O jovem André e a sua relação com o Pronasci

No processo de realização do projeto “Memórias do Pronasci” entrevistamos três jovens que aderiram ao Protejo. A forma de seleção desses atores para as entrevistas se deu de forma distinta. Dois deles foram indicados pelas “mulheres da paz” que entrevistamos, que por sua vez foram indicadas por um contato do governo do Estado do Rio, fornecido pelo Ministério da Justiça. O terceiro, e que corresponde ao testemunho focado neste artigo, foi diretamente indicado pelo contato do governo estadual. Decidi por focar apenas um dos três testemunhos, por ser essa a opção mais adequada à extensão deste artigo. Naturalmente selecionei aquele que apresentava de forma mais detalhada e com maior desenvoltura narrativa, diversos aspectos e passagens de sua trajetória de vida, bem como de sua relação com o projeto de segurança enfocado. O autor desse relato se chama André.

André tem vinte e quatro anos. Nasceu no estado do Rio no município de Santa Maria Madalena, saiu de lá para morar na comunidade do Salgueiro no município de São Gonçalo – onde concluiu o ensino médio -, depois foi morar na Rocinha – onde viveu durante seis meses. Após esse período voltou a morar no Salgueiro. Tinha cinco irmãos, mas agora são quatro, um morreu. É filho de pais separados. Seu pai foi embora assim que se separou de sua mãe, e André nunca mais o viu. Durante o tempo em que viveu na Rocinha, ingressou no mundo das drogas - fase que ele define como o período em que “tudo escureceu” para o seu lado. No período em que foi realizada a entrevista,

ele já tinha voltado a morar no Salgueiro, mas sem endereço fixo. Foi lá que ele aderiu ao Protejo.

Considerações sobre a metodologia de história oral adotada

Se comparada a outras formas de se realizar entrevistas em profundidade, a metodologia de história oral se destaca ao agregar chaves de operação muito particulares, tanto durante a condução do depoimento, quando de sua análise - se for esse o caso. Refiro-me aqui à centralidade da noção de memória - identificada tanto como elemento indissociável do indivíduo, quanto como operação realizada durante a narrativa -, e a todos os seus aspectos derivativos tais quais: o silêncio, o esquecimento, a identidade, o trauma, entre tantos outros. Obviamente não se pode desconsiderar que essa metodologia possui outras características basilares onde se ressalta a preocupação com o caráter documental das fontes obtidas e a sua constituição em acervo.

Mas detendo-me à noção de memória, nos deparamos com asserções fundamentais, e absolutamente complementares, que merecem relevo. A primeira reside no fato de que as idéias dispostas no testemunho oral baseiam-se na prática ou, melhor dizendo: aqueles atores que tiveram muito a dizer sobre eles mesmos basearam-se em “uma experiência prática substancial e exemplos concretos” (FRISCH, 1990).

Segundo que, a existência dos “enquadramentos de memória”¹⁵ em seus graus variados, como definido por Pollack (1989, p.10), promove o conflito entre o que é objetivo e o que é subjetivo. Trata-se, nesse caso, de um “trabalho de controle da imagem” que o depoente busca durante o processo de “reconstrução dos fatos e as reações a sentimentos pessoais” (*ibid.*). É justamente esse “deslocamento” entre o objetivo/subjetivo, que deriva em várias versões “possíveis” de um mesmo acontecimento ou da forma como é expressa uma impressão ou opinião particular. É claro que o pesquisador busca formas de controle da subjetividade do conteúdo

¹⁵ Também definido por Pollak (1989, p.10) como “o trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas limitações pessoais”

narrativo¹⁶, mas há uma riqueza coexistente sobre o que chamamos de “várias versões possíveis” a partir da operação de memória. Sob essa perspectiva, essa opção pelo o que é “plural” credencia todas as narrativas como “válidas”, constituindo-se em diferentes versões de um mesmo evento ou “situação” (ALBERTI, 2003, p.1-2), pelas quais “as distorções de memória podem revelar mais um recurso do que um problema” (FERREIRA, 1998, p.9)

Portanto, a memória possui a característica de ser “flutuante e mutável” (POLLAK, 1992, p.201), tendo como um dos elementos de estruturação “as preocupações do momento” (*ibid.* p.204). Sob esse último enfoque, é importante, entretanto, a consideração de que existem “elementos irredutíveis”, que seriam mais facilmente detectados em entrevistas muito longas, sem uma ordenação cronológica obrigatória, caracterizando-se pelo retorno freqüente aos “mesmos acontecimentos”. Nesses casos, o “trabalho de solidificação da memória” foi tão central que não permitiu mudanças (*ibid.*), ou seja estaríamos lidando com uma parte da memória que está cristalizada. Em sentido inverso a esse último aspecto, não se pode esquecer que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (*ibid.*).

De todo o modo, como ressalta Halbwachs (1990, p.29), recorre-se aos testemunhos para o reforço ou o enfraquecimento ou, ainda, para a complementação sobre o que já se sabe sobre um evento a respeito do qual já se tem alguma informação. É a partir destas considerações que interessa-nos explorar o conceito de memória individual e o processo de construção de identidade durante a análise do testemunho selecionado para este artigo. Esses conceitos se relacionam estreitamente com a construção autobiográfica do depoente, e, portanto, com o ambiente social de seu passado-presente.

A memória individual é formada por várias memórias que coexistem entre si sob tensão, e de forma não necessariamente pacífica (CARTOGRA, 2001, p.16). Essas “várias memórias – pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais, etc”, sofrem um processo de reconstrução permanente, em função da “incessante mudança do presente em passado e às conseqüentes alterações ocorridas no campo das re-presentações do

¹⁶ E uma delas é a comparação com outras fontes orais e escritas.

passado” (*ibid.*). Isto posto, a partir da memória individual, o depoente ao construir a sua história de vida ordena¹⁷ os acontecimentos que “balizaram uma existência”, podendo, assim ser tomados como um “instrumento de reconstrução de identidade, e não apenas como relatos factuais” (Pollak, 1989, p.13). É a partir desta reconstrução que o depoente “define o seu lugar na sociedade e as suas relações com os demais” (*ibid.*), convergindo para esse aspecto tão central ao homem que é o “sentimento e a necessidade de dar sentido a experiências individuais” (VELHO, 1994, p.102).

Analizando o testemunho

O primeiro aspecto sobre o qual gostaria de me deter refere-se à construção autobiográfica realizada por André durante o seu testemunho, observando como revela a sua identidade, como se apresenta, e qual a visão que ele tem de si mesmo. Num segundo momento exploro qual é o valor que ele atribui ao projeto enfocado. O eixo de sua narrativa¹⁸, ou melhor, a diferença entre o “ponto de chegada” - o fim -, e o ponto de partida - o seu início -, apresenta a característica de deter uma mudança conceitual, ou seja, há uma modificação relevante entre um ponto e outro, como será visto a seguir.

Apesar de ter nascido no município de Santa Maria Maria Madalena, André mudou-se, ainda pequeno, com a família para o bairro do Salgueiro, em São Gonçalo. Nessa época os pais eram casados, ele tinha uma boa relação com os irmãos e freqüentava a escola. Considerava que “aprontava bastante [...] não era nada disciplinado”, mas que era bom aluno, pois sua mãe “cobrava bastante”. É nesse primeiro momento no Salgueiro que surge a primeira ruptura afetiva, quando seus pais se separam. Ele nunca mais viu o pai.

¹⁷ Pollak ressalta que as histórias de vida têm o papel de conduzir o depoente a uma “ordenação dos acontecimentos” (1989, p.13).

¹⁸ Como Alberti (2003, p.7) assinala ao citar Stierle.

E nesse processo teve que começar a trabalhar e ajudar a cuidar dos irmãos. Quando completou dezoito anos resolveu vir morar no Rio de Janeiro, na Rocinha. Ficou lá durante seis meses, longe da família:

Meu pai, eu já não via mesmo, porque desde que ele foi embora até hoje a gente não tem notícia, não sabe se está vivo, se está morto [...]. Então lá [*na Rocinha*] eu comecei a conhecer um pouco mais o mundo, ver a outra parte, que até então eu era indisciplinado, porém tinha uma certa ordem, um certo juízo¹⁹

Apesar de o período em que passou na Rocinha ter sido bastante conturbado, ele afirma no relato que não foi essa a fase que influenciou o comportamento desviante que acabou assumindo, mais tarde no Salgueiro. Segundo suas palavras “[...] tudo começa a acontecer quando você não se sente mais bem no local em que você vive [...] Eu não vou dizer que a mudança foi na Rocinha, porque lá também eu vi muita coisa boa. Vou dizer que já saí do Salgueiro bem virado”. No entanto, quando descreve o período em que viveu na Rocinha, mais precisamente há dois meses do dia em que chegou lá, ele ressalta que “tudo começou a escurecer” para o seu lado. Foi justamente nesta época que conheceu de perto a cocaína: “No início você até ganha [*a droga*]. Que foi o que aconteceu comigo. No início vem de graça; mas depois, você tem que pagar o preço, então eu peguei e me acostumei, já não queria mais sair. Também já não estava mais fácil. Aí continuei lá”²⁰. André só saiu da Rocinha porque a sua mãe o obrigou.

É interessante observar como o relato de André é permeado de referência a mulheres que interferiram positivamente em sua vida, desde a sua mãe biológica até outras mulheres que moravam na comunidade do Salgueiro. Em sentido inverso, as referências ao pai e ao padrasto, apresentam-se sempre de forma negativa.

Após sair da Rocinha, André voltou para o Salgueiro. A sua descrição deste período traz duas clivagens bem distintas, caracterizadas por uma fase inicial que ele apresenta como

¹⁹ Trecho da entrevista realizada com André, em 19 de junho de 2010.

²⁰ Trecho da entrevista realizada com André, em 19 de junho de 2010.

negativa, e outra posterior que relata como positiva. Em relação à primeira fase, André discorre sobre o impacto para os moradores, que já o conheciam, em vê-lo como uma pessoa tão diferente e agindo de forma tão desviante. Durante a entrevista perguntamos como ele se sentia em relação a esse tipo de reação, se sentia prazer, ou se sentia incomodado:

Eu ficava triste [...] Escondia de algumas pessoas que passavam por mim na rua porque, eu sabia que eu não era assim, então, pra mim, era muito chato ouvir aquilo, porque era sinal que eles me consideravam quando eu morava lá. Aquela coisa de morador ser considerado sabe? Ali eu descobri que eu tinha uma consideração.

A segunda fase, que culmina com André aderindo ao Protejo, não foi menos conflituosa:

Foi engraçado. Nesse dia, eu estava bebendo, que tinha um churrasco lá no Salgueiro mesmo, onde eu ficava muito. Eu estava bêbado, aí a Cristina [*que foi posteriormente sua mãe da paz*]²¹ chegou e...Ela era muito de ficar me chamando a atenção. Passava na rua, ficava me chamando a atenção. E ela entrou para o projeto Mulheres da Paz. Aí ela chegou lá, falou não sei o quê, me explicou mais ou menos, falou da bolsa, falou do curso, falou que ia me levar lá eu querendo ou não. Eu era uma pessoa que xingava, mas eu tinha o maior respeito por ela, porque ela é o tipo de pessoa que, sempre que ela via uma situação comigo, ficava ali querendo me defender, querendo me apoiar[...] mesmo eu estando errado.²²

Foi difícil eu ir lá no CIEP [*onde estavam sendo realizadas as inscrições para o Protejo*]. Eu não queira mesmo. Primeiro que, para mim, governo não presta. Era aquela coisa assim: ‘Ah, é do governo? Político? Isto é palhaçada. Não vai em frente. Já era uma das barreiras. Depois estudar. Por mais que eu tirasse boas notas, tivesse concluído meu ensino médio, eu não gostava de estudar. Estudava no chicote mesmo. Foi muito difícil pra ir. Mas aí, teve um dia que ela passou lá [*em casa*] cedinho me acordou eu acabei tendo que ir.’²³

²¹ Os jovens que aderiram ao Protejo no Salgueiro, tratavam as “mulheres da paz” por “mães da paz”.

²² Trecho da entrevista realizada com André, em 19 de junho de 2010.

²³ *Idem*.

Na época em que realizamos a entrevista, André estava fazendo o curso de administração ministrado no âmbito do Protejo. Arrependia-se de ter somente começado a se “comportar melhor, a participar das aulas direito”, segundo as suas palavras, na metade do curso. Conforme o seu relato, o que mudou o seu comportamento não foi a aula, mas uma das coordenadoras do Protejo do Salgueiro que sempre estava ali, perto do André, sendo muito profissional, e com uma atitude muito próxima a ele. Ele relatou que ainda tem suas recaídas [*em relação às drogas*], mas o que o move todo dia é o projeto:

Antes do projeto eu ficava assim, na casa de um, casa de outro. E no projeto não: bem ou mal eu já tenho aquela cobrança. Meu horário é à tarde, mas o dia em que eu não apareço de manhã dá o maior problema, o pessoal fica ligando. Está onde? O que aconteceu? Não é só a minha mãe da Paz, não é só a Lélia [*coordenadora no Protejo do Salgueiro*], são outras pessoas também, que aprenderam a conviver, acostumaram comigo ali. Aí elas vão ficar ligando.

Esses poucos segmentos extraídos da fala do André, exemplificam a potencialidade da utilização do método de história oral como elemento crítico de reflexão sobre uma política pública. Permite, assim, aferir seu impacto e dissonâncias entre a formulação e a evidência empírica a partir da percepção dos atores envolvidos acerca de sua efetividade em sua realidade objetiva. Ainda que breve, espero que este recorte possibilite uma reflexão das possibilidades da metodologia como chave analítica das ações do Estado.

Conclusão

O presente ensaio enfocou a utilização da história oral como metodologia que pode agregar valor ao aperfeiçoamento de políticas públicas desenhadas pelo aparato do Estado, em que pese o enfoque deste artigo dado à questão da segurança pública. De forma mais ampla, é certo, contudo, que a história oral inscreve-se em uma metodologia de pesquisa que produz uma fonte especial e configura-se em um “instrumento importante” que possibilita “uma melhor compreensão das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos em uma dada sociedade” (FERREIRA, 1998, p.12).

Considerando o tema que buscamos investigar - a segurança pública -, poderíamos problematizar a ênfase que é dada ao indivíduo através da história oral, bem como o seu verdadeiro potencial quanto à contribuição para a crítica e o aperfeiçoamento de uma política pública. Cada memória individual é singular, única (HALBAWACHS, 1991, p.72). Qual seria, então, a vantagem do uso da metodologia para se pensar um grupo social - o coletivo, referente ao *locus* estabelecido para a aplicação de uma dada política pública? Sustento que, por um lado, é justamente esse aspecto – privilegiar, sobretudo, a memória individual, a construção da identidade, entre outros conceitos correlatos -, que torna cada relato tão importante, pois pode oferecer dimensões únicas e que possibilitam o esquadramento de aspectos não facilmente percebidos. Segundo que, um aspecto importante da memória individual baseia-se no fato de que ela “não está inteiramente isolada ou fechada”, pois para “evocar o seu próprio passado” o indivíduo, freqüentemente se vale das lembranças que o conduz a “pontos de referência” externos determinados pela sociedade ou pelo grupo social onde convive (HALBAWACHS, p. 71). Esse processo proporciona o conhecimento sobre o *locus* - físico, social e político -, em que o ator entrevistado interage, e sobre as palavras e idéias que ele “toma emprestado de seu ambiente” (*ibid.*).

Outro ponto importante baseia-se na constituição da uma memória de atores políticos e da sociedade civil em fonte oral que se transformará em documento. Esse aspecto favorece a possibilidade de consultas e, conseqüentemente, de re-interpretações tanto sob o contexto de novas pesquisas acadêmicas, quanto no de concepção de novos projetos por representantes dos governos subseqüentes. Quanto a esse último aspecto, a julgar por certa descontinuidade das ações políticas do Estado entre as diversas gestões públicas – quando se alteram os seus representantes, poderíamos nos referir aos documentos orais produzidos pela metodologia de história oral como uma produção fecunda. Esse aspecto se traduz no resgate de uma memória, provavelmente, perdida, para a sua ascensão ao *status* de memória preservada.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Narrativas na história oral**. In: Simpósio Nacional de História Oral (XXII: João Pessoa, PB). Anais eletrônicos. João Pessoa, PB: ANPUH-PB, 2003. 10f.

CARTROGA, Fernando. **Mamória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto editora. 2001. 72 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord) *et al.* **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998. 316 p.

FRISCH, Michael. **A shared authority: essays on the craft and meaning of oral and public history**. EUA: State University of Press. 1990. 273p.

HALBAWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.189p.

HELLER, Agnes. **Além da Justiça**. trad. Savannah Hartman. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1998. 464 p.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p 200-212.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3. 1989. p 3-15.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, 137p.